

TEOLOGIA QUE FALA À UNIVERSIDADE

Prof. Dr. João Décio Passos

RESUMO

O título Teologia que fala à Universidade pode sugerir diferentes abordagens sobre a questão da relação entre teologia e universidade. Por certo, essa relação pode ser vista numa ótica estritamente eclesial: como uma relação unilateral e missionária como se a teologia devesse falar a uma realidade sócio-cultural a ser evangelizada, a uma espécie de universidade ad gentes.

Palavras-Chave: Teologia, Universidade, Relação.

ABSTRACT

The title Theology which the University talks about, it can give different suggestions about the relation between Theology and University. In a way, this relation it can be seen in a strict ecclesial point of view: as a unilateral relation and missionary, as the theology had to talk to a socio-cultural reality to be evangelized, to a kind of Ad Gentes university.

Key Words: Theology, University, Relation.

INTRODUÇÃO

O título *Teologia que fala à Universidade* pode sugerir diferentes abordagens sobre a questão da relação entre teologia e universidade. Por certo, essa relação pode ser vista numa ótica estritamente eclesial: como uma relação unilateral e missionária como se a teologia devesse falar a uma realidade sócio-cultural a ser evangelizada, a uma espécie de universidade *ad gentes*. A teologia teria uma mensagem já pronta a levar à universidade. O pressuposto dessa postura seria a de uma distância entre as duas realidades, concretamente, entre o discurso teológico e o discurso científico.

O equívoco seria identificar teologia com evangelização e atribuir a ela a função de reconquistar a hegemonia da racionalidade teológica no mundo acadêmico. O pressuposto é certamente verdadeiro, a estratégia, com certeza, falsa. Não se trata de negar a necessidade de evangelização do mundo acadêmico, entendendo, no entanto, que essa tarefa compete à pastoral da Igreja, o que se efetiva por outras linguagens, por outros sujeitos e por outras estratégias. Queremos afirmar que a conversa da teologia com a universidade deve ocorrer na esfera do acadêmico. É uma tarefa de ordem epistemológica e pedagógica. Mas, uma tal relação pode ser vista também numa espécie de paralelismo teórico e metodológico. A teologia, com seu conteúdo fechado, fala à universidade com seu discurso também fechado, sem que haja uma fecundação mútua dos discursos, instaurando uma relação meramente formal e burocrática entre as duas realidades. Uma terceira possibilidade, que tomamos como pressuposto dessa reflexão, é que a relação deve ser de *diálogo*, único meio de construir novas configurações para ambas as partes e de se estabelecer novos patamares teóricos e metodológicos. Não se trata, pois, de uma teologia *para* a universidade, de uma teologia *na* universidade, mas de uma teologia *com* a universidade. A terceira saída trata-se, naturalmente de um desafio que exige revisão de postura e vontade política de ambas as partes; exige investimento na busca de afinidades entre as partes para que possam configurar algo de novo.

De fato, essas três posturas inferidas do título não são um simples exercício lógico, mas expressam, de certo modo, as relações concretas da teologia com a universidade ao longo da história, o que configurou espécies de modelos de relação entre teologia e universidade. Ao mesmo tempo, esses modelos se estruturam a partir de uma compreensão epistemológica da produção e reprodução do saber na universidade. Do ponto de vista histórico, vemos num primeiro momento a teologia como o discurso fundante das demais abordagens e cursos que compõem a universidade. Um discurso que goza de hegemonia epistêmica e política naquele ambiente de corporação de saber. Num segundo momento, a teologia começa a distanciar-se do mundo universitário, consolidando uma dicotomia sempre maior entre o discurso científico e o discurso teológico, como abordagens antagônicas e excludentes que falam a partir de lugares políticos igualmente antagônicos: a Igreja e o Estado moderno.

Esses modelos de relação são construídos a partir da idéia de unidade

disciplinar – o *monodisciplinar* – a teologia como uma disciplina fundamental que sustenta todo o edifício do conhecimento e sem a qual esse edifício não se sustenta e não chega à verdade. No segundo caso, ocorre o *monodisciplinar* como exclusão, como disciplinas isoladas que não conversam entre si. Mas, o *monodisciplinar* ainda permanece quando a teologia, mesmo dentro da universidade, não consegue dialogar com a dinâmica acadêmica universitária. Fala a partir de si mesma como um discurso já elaborado. Nesse caso, pode ocorrer, no máximo, o *multidisciplinar*: abordagens paralelas que não se encontram nas atividades do ensino, da pesquisa e da extensão.

Uma *teologia que fala à universidade* não pode operar pela via do *monodisciplinar*, deve superar o *multidisciplinar*, exercer o *interdisciplinar* e, quiçá, chegar ao *transdisciplinar*. A reflexão que segue tem como premissa essa busca do diálogo fecundo entre as diferentes disciplinas que sustentam e compõem a Universidade nos aspectos epistemológico, institucional e curricular. Trata-se de uma temática clássica que remonta à própria origem da instituição universitária e que, na conjuntura atual do ensino superior brasileiro, reveste-se de grande atualidade quando do reconhecimento dos bacharelados em teologia.

1. PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

A relação entre teologia e universidade tem uma história que, de certo modo, identifica-se com a própria história do pensamento ocidental, cujas raízes mais remotas estão na tradição judaico-cristã e no pensamento grego. Desse encontro nascem a cultura e o pensamento ocidental com suas instituições, com seus processos de transformação histórica e contradições. O encontro entre um cristianismo, filho da cultura escrita judaica que pede interpretação, e o helenismo que oferece um caminho racional de compreensão da realidade, plasma, progressivamente, a *Paidéia cristã* ocidental, para utilizar a categoria de Jaeger.¹ A formação do cidadão cristão passa pela formação da sua inteligência para que possa atingir um saber sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre Deus. Com essa finalidade o cristianismo organizou, muito cedo, suas escolas. A escola de Alexandria parece ser o

¹ Cf. W. JAEGER, *Cristianismo primitivo y paideia griega*, passim .

paradigma mais antigo e preciso desse esforço de articular sabedoria cristã e logos grego. As escolas, que tomarão um novo impulso com o renascimento carolíngio, vão reafirmar o papel fundamental do ensino para a vivência da fé cristã. As sete artes liberais vão compor um currículo básico, cuja função será formar o cidadão para sua vida pública e religiosa. A vida político-religiosa pressupõe uma cultura escolar básica oferecida pelas ciências do *trivium* e do *quadrivium*. O estudo da teologia vai adquirir uma centralidade sempre maior dentro desse currículo, na busca de um método para estudar os textos bíblicos. Os mestres buscam categorias que permitam expor o significado da mensagem bíblica. Essa investigação do texto vai evoluir para o método das *quaestiones* que significarão uma ruptura com método exegético clássico que tendia a induzir do texto os seus significados intrínsecos – os sentidos literal, alegórico e tropológico – para um método extrínseco que parte do texto para as grandes questões elaboradas por abstrações e deduções lógicas. A teologia escolástica se estruturará a partir desse método centrado nas *quaestiones*.² Se a fé será tomada como um ponto de partida ontológico para a reflexão racional, a razão será, na verdade, o ponto de partida gnoseológico para a compreensão do texto.

A escolástica nasce nesse ambiente como uma teologia estruturada metodológica e curricularmente, tendo como centro o embate clássico entre fé e razão. A proposição de Anselmo de Cantuária vai retomar a estatura especulativa das reflexões agostinianas e compor uma via de reflexão filosófico-teológica que soluciona a tensão anterior numa síntese superior capaz de fazer jus à fé e a razão. Para o pai da escolástica a fé precede à razão, mas a fé necessita da razão como um elemento elucidador de seu dinamismo. A fé busca o conhecimento – *fides querens intellectum* – e o conhecimento é capaz de chegar a Deus e demonstrá-lo racionalmente.³

a) A universidade produz teologia

As universidades foram criadas dentro de um novo contexto sócio-cultural que se configura na Europa do século XII. O comércio e a vida urbana

² Cf. M. ASZTALOS, “A faculdade de teologia”. In *Uma história da universidade na Europa Vol. I*, pp. 412-413.

³ Cf. P. BOEHNER- E. GILSON, *História da filosofia cristã*, pp. 249-262.

desenham um novo quadro que desafia as escolas anteriores, ligadas aos mosteiros, às catedrais e, às vezes, aos palácios. Essas escolas já haviam acumulado um capital cultural importante: o latim como uma língua escolar mais ou menos generalizada, um acervo de textos clássicos, um método de estudo de textos bíblicos, já fixado, inclusive, em manuais utilizados no ensino. O novo contexto intensifica a formação das Associações dos mais diversos tipos: as *universitates*. Essas organizações surgem dentro do processo de urbanização, do qual emergem o sujeito, enquanto consciência de autonomia e de ação, e a nova forma de organização política: o município. A prática do consenso como fundamento da ordem começa a dar seus primeiros passos, precedendo às transformações estruturais ocorridas a partir dos tempos modernos.

As *universitates* compõem uma nova unidade político-social que agrega sujeitos de variadas origens dentro da pluralidade urbana, de forma que os associados se comprometem a cumprir regras comuns que resguardem a liberdade individual e a manutenção da coletividade. A idéia da sociedade como uma comunidade de comunidades se torna cada vez mais forte e as associações livres vão constituindo-se em torno do comércio, de profissões e do próprio saber. O termo *Universitas* é utilizado para designar essas associações voluntárias que combinam liberdade de organização e proteção da Igreja. Nesse sentido, o Reino é considerado uma *Universitas* – uma grande comunidade – composta de *Universitates* menores.⁴ Há que ressaltar, portanto, que as Universidades, emergem quando uma composição social diferenciada daquela rural feudal colocou as condições de possibilidade – econômica, social, política e cultural – para a criação de uma associação em torno do saber.

Professores e alunos associam-se, pois, nestes moldes, formando agremiações a partir de Paris e Bolonha. A Igreja incentiva as novas corporações de estudo na seqüência de suas escolas anteriores e também como meio de aprofundamento da *sacra doctrina*, mantendo sua hegemonia junto às *universitates* – e conseqüentemente junto aos imperadores e reis – na medida em que concede as licenças – *Licentia ubique docendi* – através

⁴ Cf. C. DAWSON, *Historia de la cultura cristiana*, p. 332.

⁵ Cf. ULLMANN, *A Universidade medieval*, 99-105.

dos diplomas pontifícios. A teologia, assim com as demais ciências, passa por fase de revigoração no seio destas associações leigas e autônomas que começam a se espalhar pelo continente europeu.⁵

A teologia nasce junto com a universidade e mistura-se com o seu projeto, do ponto de vista teórico, pedagógico e político. A universidade recebe uma tradição de longa data, que estimula a razão a investigar a realidade em nome da inteligência e em nome da fé, a escolástica anterior fornece o método de investigação dos conteúdos da fé e a universidade proporciona um encontro entre as referências teóricas constituídas, a partir do agostiniano e do dionísio e as novas referências teóricas e metodológicas extraídas das obras de Aristóteles. Desse encontro, fecundo e dialético, vai nascer uma nova configuração teológica balizada pelo realismo empírico aristotélico que tece *afinidades eletivas* com a doutrina da criação e da encarnação. A grande síntese tomásica é o resultado cabal dessa elaboração. Do ponto de vista pedagógico, a prática universitária afirma um método de ensino geral para as suas Faculdades, método gestado anteriormente nas escolas e que consiste, basicamente, num longo processo de treinamento lógico – *lectio* dos autores consagrados, formulação de *sententia* dos textos lidos e argumentação dialética sobre questões controvertidas: *quaestio* - que conduz o aluno para a autonomia do saber. Politicamente, a teologia goza de uma autonomia investigativa dentro da *Universitas*. O exercício da investigação produziu as bases teóricas, metodológicas e curriculares do que hoje compreendemos por teologia enquanto curso superior.

b) A consolidação da escolástica

Com efeito, a escolástica vai sendo adotada como o paradigma teológico oficial do magistério da Igreja e se torna um paradigma cada vez mais fixo que se reproduz sobre si mesmo e que serve como um sistema teórico defensivo para a Igreja, na medida em que uma nova racionalidade vai sendo gestada fora das universidades.⁶ As universidades, após um período de expansão e vigor intelectual, tornam-se centros de conservação e de reprodução de um conhecimento do passado, ligado às autoridades católicas

⁶ Cf. J. COMBLIN, *História da teologia católica*, pp. 12-37.

e, portanto, controlado pela Igreja. A chamada racionalidade moderna, curiosamente iniciada dentro das universidades, vai trilhar um caminho paralelo à teologia, identificada cada vez mais com a Igreja e o clero e, muitas vezes, estará fora das universidades, sobretudo no caso das ciências. A universidade permanece sendo uma instituição ligada à Igreja e sob seu controle e só vai modernizar-se, ou seja, tornar-se um ambiente autônomo de ensino e pesquisa das ciências modernas, após a revolução francesa, muito embora conserve muito da estrutura medieval, sobretudo na sua pedagogia, rituais acadêmicos e modalidades de títulos concedidos.

Na universidade moderna, a teologia vai sendo expulsa pela razão política já conhecida: a separação Igreja e Estado. A teologia, sendo coisa de Igreja e servindo apologeticamente a ela não tem mais lugar dentro do novo contexto epistemológico que se sustenta na idéia da autonomia absoluta da razão em relação à fé, na investigação científica e na formação de profissionais para os serviços do Estado. São os casos das universidades de Paris e de Coimbra. Naquelas universidades em que as Faculdades de teologia continuam existindo, isso ocorre muito mais por acordos políticos entre Igreja e Estado do que propriamente pela relevância teórica da abordagem teológica no conjunto das demais áreas de conhecimento que compõem o ensino e a pesquisa. Algumas universidades alemãs são os casos típicos. A Igreja, por sua vez, conserva algumas de suas Universidades, misturando nelas elementos antigos e novos. A universidade de Louvaine é o caso emblemático que, não por acaso, servirá de modelo para muitas universidades católicas erigidas posteriormente. Outras se afirmam como universidades especializadas em teologia e ciências afins, como ocorreu com as várias universidades romanas.

O resultado desse processo é a consolidação de duas racionalidades distintas e distantes que se excluem com anátemas mútuos no decorrer dos tempos modernos: a teologia escolástica que, em nome de Tomás de Aquino, será considerada pela Igreja como sistema perene e as ciências que avançam e se aprofundam nas mais diversas áreas e se ligam cada vez mais a concepções atéias.

⁷ Cf. D. RIBEIRO, *A universidade necessária*, p. 41.

⁸ Cf. CARDOSO, Irene R. A. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1982.

2. A TEOLOGIA E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira chegou muito tarde, se comparada com outros países da América Latina que as implantaram já no período colonial. Chegou quase trinta anos após a implantação da República. Nasceu a partir do modelo moderno, concretamente do modelo francês de orientação nitidamente positivista e com objetivos políticos.⁷ Ao instituí-las, o Estado chama para si a responsabilidade pelo ensino superior, por índole leigo e liberal, e com forte objetivo nacionalista. Visava à formação de uma elite intelectualmente preparada designada a contribuir com a elevação cultural e a coesão política da nação brasileira. A Universidade de São Paulo é um caso emblemático, como bem analisa Irene Cardoso.⁸

Nesse modelo e objetivo de ensino universitário, a teologia sequer foi cogitada como área de saber e curso superior. Não havia condições epistemológicas e institucionais para se pensar em faculdades de teologia dentro da universidade. O ensino da teologia gozava, por sua vez, da segurança teórica e da tranqüilidade eclesiástica dentro dos Seminários Maiores como um conhecimento reproduzido sobre si mesmo dentro do sistema escolástico; destinava-se exclusivamente à formação do clero, segundo os parâmetros do Concílio de Trento, e oferecia as bases para a catequese católica, marcadamente racional e apologética.

A criação das universidades católicas, na década de quarenta, introduz um novo modelo de universidade, na verdade misturando em seus objetivos e desenho institucional aspectos modernos e clássicos. A teologia vai ocupar um lugar institucional dentro dessas escolas como disciplina obrigatória, oferecida nos seus diversos cursos e como curso superior de estatuto eclesiástico, porém sem estatuto civil. Essas universidades reproduzem, em clave católica, os objetivos do ensino superior das universidades públicas: visa à formação intelectual e profissional de uma elite católica.⁹ Os estudos teológicos, juntamente com os filosóficos visavam garantir esse diferencial. De qualquer forma, a teologia vai permanecer como uma abordagem estritamente ligada à Igreja e distante do *ethos* universitário, mesmo quando estruturada

⁹ Cf. A. CASALI, *Elite intelectual e restauração da Igreja*, passim.

no formato de curso superior e instituída como faculdade. Manteve-se como uma disciplina paralela, quando não isolada entre as demais. Uma teologia dentro da universidade, para a universidade, mas, na verdade, sem a universidade. Nas décadas que se seguiram à criação das primeiras universidades católicas a teologia permaneceu como uma disciplina centrada no ensino, seja na forma do ensino de conteúdos diferenciados dentro dos diversos cursos, com clara intencionalidade pedagógica, seja no ensino destinado à formação clerical e pastoral. No caso das disciplinas teológicas, os conteúdos, métodos e nomenclaturas variaram no tempo e no espaço, conforme a tendência da época e conforme a linha ideológico-eclesial da própria universidade. Não se construiu, de fato, um consenso sobre a natureza e a função dessas Disciplinas. O ponto comum entre as práticas nas diversas universidades confessionais talvez tenha sido a sua distância epistemológica das áreas de conhecimento. A teologia, via de regra, refugiou-se em si mesma, sob o amparo institucional da Igreja na condição de obrigatória, ou refugiou-se no seio das outras abordagens como uma abordagem hospedeira que se abriga na área de saber alheia, adota, muitas vezes, seus conteúdos e até suas nomenclaturas. O caso mais elucidante é a identificação entre teologia e ciências da religião. Em todos os casos, a carência do diálogo interdisciplinar termina por ocultar ou diluir a identidade própria da teologia que permanece, a rigor, estranha à universidade. Os cursos superiores de teologia, oferecidos como cursos livres ou canônicos, permaneceram, pelas próprias condições legais, como área de conhecimento autônoma e isolada dentro da universidade e não participaram da dinâmica geral do ensino e da pesquisa. Uma teologia universitária é uma tarefa de construção a ser ainda enfrentada pelos profissionais.

O reconhecimento da teologia como curso superior pelo Ministério da

¹⁰ Assim reza o parecer 241/99 do CES na parte do Relatório dos pareceristas: “Em termos de autonomia acadêmica que a constituição assegura, não pode o Estado impedir ou cercear a criação desses cursos. Por outro lado, devemos reconhecer que, em não se tratando de uma profissão regulamentada na há, de fato, nenhuma necessidade de estabelecer diretrizes curriculares que uniformizem o ensino desta área de conhecimento...”. Ao votar os mesmo parecer especifica que: “...os processos de autorização e reconhecimento obedeçam a critérios que considerem exclusivamente os requisitos formais relativos ao número de horas-aula ministradas, à qualificação do corpo docente e às condições de infra-estrutura oferecidas”. Cf. Relatório de 15 de março de 1999.

¹¹ Cf. J.D.PASSOS, Teologia e universidade: do político ao acadêmico. In *Estudos de Religião* 27, pp.118-136.

Educação em 1º de julho de 1999, não parece ter modificado esse quadro crônico. Significou, como reza o próprio texto dos relatores no Conselho Nacional de Educação e que fundamentou o ato de reconhecimento, e uma solução legal e política para uma antiga reivindicação, vindas, sobretudo, de Igrejas reformadas.¹⁰ A teologia entra na universidade por decreto e não por mérito epistemológico e, muito menos por relevância profissional. As Comissões de avaliação do MEC não consideram, aliás, a natureza científica dos cursos teológicos, sob a alegação da não interferência nas liberdades das confissões religiosas. Prevaecem, de fato, como critérios determinantes de reconhecimento e avaliação os aspectos formais e infra-estruturais dos cursos. Em suma, a teologia possui, ainda, legitimidade legal e política no âmbito das instâncias governamentais e das universidades. A legitimidade epistemológica está para ser construída, a depender de empreitadas acadêmicas e políticas dos profissionais da área.¹¹

3. TEOLOGIA E UNIVERSIDADE: DESAFIOS E CAMINHOS

O desafio e o caminho da teologia na universidade brasileira é o do diálogo crítico e criativo, o que comporta aspectos epistemológicos, políticos e institucionais. Do ponto de vista epistemológico, o caminho está aberto e por se fazer. A abertura procede, antes de mais nada, da estatura atual da reflexão teológica mundial e latino-americana que consolidaram uma tradição teórico-metodológica de várias décadas cuja marca foi precisamente o diálogo com o pensamento moderno, bem como com as ciências. As teologias modernas produziram sistemas e subsistemas teóricos que incluíram objetos, métodos e referências do pensamento e das ciências modernas. A relação entre esses sistemas e a universidade se deu, senão num processo de elaboração inserida, ao menos como utilização dos resultados das ciências por parte da teologia. De qualquer forma, não há como falar em teologia no século XX sem se falar nas ciências modernas, da mesma forma que os grandes teólogos estiveram, quase sempre, relacionados às universidades direta ou indiretamente. As teologias modernas significaram, em todas as suas frentes e modalidades, um trabalho de revisão e reelaboração teológica em diálogo com as filosofias e ciências modernas, embora muitas vezes fora do contexto universitário estrito senso. Da parte da universidade, o contexto

¹² Cf. E. MORIN, *Complexidade e transdisciplinaridade*; a reforma da universidade e do ensino fundamental, passim.

atual apresenta condições epistemológicas para o diálogo, a saber, pela consciência da superação do cientificismo expresso nos modelos teóricos fixos, na progressão linear do saber e na absolutização dos métodos empíricos. A filosofia das ciências tem fornecido elementos críticos para uma revisão da hegemonia do pensamento e dos métodos positivistas desde Thomas Kuhn e, *a fortiori*, a partir do paradigma da complexidade.¹²

O caminho político e institucional para a inclusão da teologia na universidade está iniciado pela sua aprovação legal. O desafio consistirá na organização dos profissionais em torno da teologia para instituir sua cidadania plena a partir do acadêmico. Essa cidadania poderá ser, a partir de agora, retomada, o que passa pela sua visibilidade dentro e fora da universidade como área de conhecimento que tem algo a dizer para o ser humano e para a sociedade atual. O caminho fecundo e seguro de construção da cidadania da teologia deverá ir do acadêmico ao político, passando pelo institucional, e não o contrário.

a) A reprodução e a produção teológica

A cultura acadêmica realiza-se e avança com o tríplice dinamismo da produção, conservação e transmissão do saber. A Universidade define-se como o lugar de realização desta dinâmica, o que poderíamos chamar de processamento consciente do saber, o lugar de realização madura e organizada da herança grega denominada *logos*. Portanto, lugar da inter-rogação e da investigação. Na verdade, todas as formas de saber visam transmitir seus conteúdos ou suas verdades para as sucessivas gerações; os saberes são, portanto, conservadores e transmissores daquilo que as gerações acreditam conter explicações, técnicas e sentidos para o mundo e para a vida. No entanto, as instituições podem produzir ou simplesmente reproduzir conteúdos e formas de conhecimento conforme seus objetivos e suas funções dentro de uma organização social mais ampla. Quando um sistema ou uma instituição ligados à cultura de uma maneira geral são apropriados por alguma organização sócio-política mais ampla tendem a reproduzir suas referências como valores indelévels que passam a gozar de uma legitimidade que vem do passado. A verdade é alguma coisa que vem do passado e que deve ser repassada de geração em geração sem modificação. As tradições religiosas, culturais e teóricas podem sofrer esse processo de tradicionalização e entrarem no ciclo da repetição do passado

no hoje com intencionalidades educativas.

O saber de tipo tradicional se efetiva suficientemente mediante a conservação e a transmissão, tanto na sua forma popular quanto na sua forma erudita. Os sujeitos, os métodos de transmissão e os conteúdos transmitidos buscam manter vivas e atuantes no presente as tradições herdadas do passado. Os agentes transmissores reproduzem o saber ao longo do tempo sem a intenção consciente de modificá-lo, ou seja, de produzir um novo saber a partir dele. Aliás, a conservação é a regra permanente da transmissão em todas as formas de conhecimento que se fundamentam na seqüência *passado-presente* e na relação bancária *sujeito-conhecedor e sujeito-receptor*. Deste modo, o antigo sábio narra o mesmo passado como um guardião vivo capaz de repetir o *in illo tempore* sem alterá-lo, o pregador transmite uma verdade recebida de Deus com uma intocabilidade sagrada e o professor ensina fielmente os cânones da ciência para os seus alunos.

A teologia não está isenta deste jogo reprodutivo, aliás, está mais sujeita a repetir o passado do que outras áreas de conhecimento na medida em que lida com fontes do passado: os textos sagrados, as tradições e os dogmas. No entanto, a partir do século passado demonstrou que é possível investigar racionalmente suas próprias fontes e resignificá-las para os dias atuais a partir das críticas textual, histórica e literária. Na teologia a investigação de seus próprios pressupostos faz parte de seus objetos de estudo. Trata-se, nesse sentido, de um sistema que faz uma crítica radical do conhecimento ao criticar a si mesma.

A teologia escolástica quando de sua adoção como sistema teórico oficial da Igreja passou a reproduzir elementos e formas do passado e a legitimar-se na medida dessa capacidade e fidelidade de reprodução. O risco do reprodutivismo teológico ronda a teologia atual nas formas do fundamentalismo e do pragmatismo. A abordagem fundamentalista das fontes bíblicas é a expressão mais caricaturada dessa postura, embora subsista de forma residual para além dos grupos confessos. Outras formas mais sutis de fundamentalismo ganham força dentro da teologia católica: na separação entre ciências bíblicas e teologia dogmática, na afirmação da tradição do magistério como fontes primeiras da produção teológica, na promoção de experiências litúrgicas extáticas sem a mediação histórica que distingue passado e presente e a mediação simbólica que distingue sinal e graça. O reprodutivismo teológico pode ocorrer também no pragmatismo pastoral

que reduz o estudo da teologia a um conjunto de regras a serem aplicadas na pastoral, dando, muitas vezes, um lugar supervalorizado às normas canônicas, às regras litúrgicas e às linguagens persuasivas da comunicação. Parece estar configurando hoje uma nova escolástica teológica que, longe de constituir um sistema articulado como a antiga, centra-se em aspectos práticos e estéticos. Talvez pudéssemos falar em uma tendência em reprodutivismo tecnicista do ensino superior atual que deixa para segundo plano a formação teórica e humanista. A idéia da formação rápida do profissional executor e eficiente para integrar as organizações sócio-empresariais e fazê-las produzir mais ganha terreno nos cursos de teologia, mesmo que refugiados dentro de Seminários.

A universidade tem como regra constitutiva a retroalimentação entre produção e reprodução de conhecimento. O ensino sem pesquisa torna-se repetição e consome-se em imediatismos pedagógicos e técnicos. A pesquisa crítica e ao mesmo tempo alimenta o ensino conectando-o ao presente e revendo seus parâmetros que vêm do passado. A teologia inserida na universidade pode assumir essa dinâmica de maneira institucional e conquistar, ao mesmo tempo, visibilidade e legitimidade acadêmica.

b) A afirmação do estatuto teológico

A distância entre teologia e universidade e, por decorrência, entre teologia e ciência criou e consolidou uma cultura acadêmica mantida por uma elite intelectual desconhedora da teologia. Vale ressaltar que a teologia jamais entrou nas universidades públicas que foram as protagonistas da pesquisa e da formação das elites profissionais do país. Além do mais, as universidades públicas é que têm fornecido os tecnocratas da ciência e da educação para o Estado, donde emanam as configurações legais, os parâmetros epistemológicos e as políticas do ensino e da pesquisa. A teologia ficou, por longos anos, sem as condições de possibilidade de afirmar-se como área legítima de saber dentre as demais, muito embora gozasse de legitimidade social e mesmo política na pessoa dos pastores.

Nas universidades confessionais, a teologia permanece, para muitos, como um saber clerical sem legitimidade epistemológica ou, quando muito, um tipo de saber academicamente impuro e inferior. A presença um tanto isolada e tímida da teologia nesses ambientes não permitiu a ela afirmar-

-se como produção de conhecimento e, por decorrência, como uma área de conhecimento com estatuto próprio. Prevaleceram o estranhamento e a confusão epistemológica. A afirmação da identidade epistêmica da teologia tem um desafio interno e externo á universidade, embora os dois se relacionem diretamente. Dentro da universidade o caminho é o da publicização de seu estatuto no diálogo com as demais áreas de saber. Parece prevalecer um receio moderno de afirmar a teologia como uma abordagem relacionada à fé, de forma que ela sofre reduções filosóficas – como estudo racional de Deus – reduções científicas – como ciências da religião - e reduções pedagógicas – como uma abordagem antropológica importante para a educação humanista. O aspecto essencial da teologia como um modo de abordar a realidade a partir de Deus ou da fé é ainda estranho à universidade. A cidadania legal dos cursos de teologia poderá antecipar a afirmação de uma identidade epistemológica para a teologia, superando as delimitações confessionais e a indistinção epistemológica a que poderá ser reduzida. O caminho externo é o da organização política das entidades ligadas à área na busca de parâmetros curriculares para os cursos teológicos junto ao MEC.

c) A inserção na dinâmica universitária

A universidade é, por definição, um espaço de autonomia na investigação e na divulgação do saber. Forma uma comunidade responsável que tem como primeira norma reguladora a coerência lógica e moral na produção e reprodução do conhecimento entre os seus membros. As chancelas externas têm o papel de zelar pelo bom andamento da instituição e de ampará-la para que realize, sem desvios, a sua missão primordial. Chancela externa e autonomia, nem sempre conseguiram um relacionamento desejável, como testemunha a história já desde a Faculdade de Artes da Universidade de Paris, em 1277.¹³ No entanto, muitas vezes a chancela forneceu o amparo suficiente para que as universidades pudessem exercer suas autonomias sem ingerências internas e externas. As universidades clássicas, no caso brasileiro basicamente as públicas e as confessionais, mantêm uma estrutura organizacional que garante uma gestão autônoma nas suas atividades fins. A inserção da teologia nessas universidades poderá abrir uma nova etapa

¹³ Cf. R. A. ULLMANN, *A universidade medieval*, pp. 167-169.

na busca de parâmetros teóricos, metodológicos e institucionais para a gestão acadêmica dos cursos teológicos, oferecendo uma dinâmica favorável à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão que rompa com os reprodutivismos teológicos. Essa etapa deverá ser construída sob os vários aspectos e poderá garantir o que constitui a teologia ciência da fé.

O pluralismo cultural e religioso ativados sobremaneira no contexto universitário é um desafio para a presença da teologia, como vimos, já associada à Igreja e dissociada das ciências. As posturas a serem evitadas são aquelas opostas: a da afirmação confessional e a dos disfarces teológicos. No âmbito do ensino, a afirmação confessional reduz a teologia a uma função pedagógico-catequética que parece produzir exatamente o seu efeito contrário, mesmo para os alunos que professam publicamente a fé católica. Mesmo independente desse fracasso estratégico, a teologia universitária deve primar-se, fundamentalmente, pelo diálogo com as áreas de conhecimento, como uma abordagem que contribui com a elucidação dos objetos focados pelos diversos cursos. Não se trata de uma postura inédita em termos metodológicos, ao contrário, de um exercício clássico que define a teologia, antes de tudo, como um enfoque e não como um objeto material específico. A distinção tomásica de objeto formal e material continua válida e fecunda para a produção teológica atual. A teologia define-se a partir desses dois aspectos de seu objeto. Trata-se do *estudo de Deus e de todas as coisas que se relacionam a ele*.¹⁴ O objeto material é, portanto, materialmente ilimitado e o objeto formal específico, o que significa que, do ponto de vista material, qualquer assunto pode vir a ser teologizável (o mundo, a matéria, o espírito, a morte, a violência, o sexo etc.). A opção por um objeto material dependerá, por certo, de sua relevância em contextos e épocas determinadas. O objeto formal é o enfoque específico, se dá a partir de Deus, ou noutras palavras na ótica da fé, quando no ato mesmo da reflexão o sujeito assume *a priori* que o objeto tem sentido e pode oferecer uma orientação para a vida. O objeto material não define por si a natureza da teologia e, neste sentido, nenhum objeto (tema, assunto ou questão) é por natureza teológico ou garante a abordagem teológica, assim como não garante nenhuma outra.¹⁵ A teologia inserida na universidade tem um campo aberto de diálogo em termos de

¹⁴ S. TOMÁS, *Suma Teológica* I, q. 21, a. 3, ad 1.

¹⁵ Cf. C. BOFF, *Teoria do método teológico*, 43-46.

objetos materiais (ciência, educação, direito, saúde, comunicação etc.) e de aprofundamento epistemológico de seu próprio objeto formal, enquanto abordagem da fé num contexto pluralista. O desafio parece ser o de buscar uma abordagem que supere os vínculos exclusivos com uma única fonte na direção de uma teologia ecumênica. Nesse sentido, as pesquisas sobre as relações interculturais dos textos sagrados parecem ser fundamentais para um diálogo dentro da universidade.

Os cursos teológicos devem enfrentar de maneira mais direta o pluralismo universitário igualmente sem endogenias e disfarces, dando conta de seus conteúdos clássicos e instituídos. O diálogo com as temáticas emergentes da cultura e das ciências constitui um caminho fecundo de produção que tem habilitado a teologia a falar profissionalmente com as ciências e para a sociedade. A PUC-SP, por exemplo, tem sido referência para a mídia local em assuntos emergentes que tocam em questões relacionadas à fé e à religião de um modo geral. Os profissionais da comunicação vêm a universidade como um lugar de conhecimento isento dos condicionamentos eclesiais. Da parte da universidade, o estatuto de uma área de conhecimento se impõe na medida de sua organização no ensino e na pesquisa de qualidade. A cidadania institucional da teologia deverá trilhar esse caminho natural do acadêmico ao político.

CONCLUSÃO

TEOLOGIA QUE FALA À UNIVERSIDADE E UNIVERSIDADE QUE FALA À TEOLOGIA

As Universidades medievais apropriaram-se da tradição teológica dando-lhe um novo vigor e um novo formato, respondendo às condições sócio-culturais e às novas exigências teóricas e metodológicas do saber. Este sistema teológico formou-se, pois, como a elaboração consciente da racionalidade da fé a partir da inteligibilidade de uma época. A teologia cresce numa dialética entre si mesma e as condições históricas, entre sua endogenia – a conservação do depósito de fé – e outras exogenias sociais, políticas e culturais. A pesquisa teológica é que garante a autenticidade de seu *logos*, sem o que a teologia pode adormecer no fundamentalismo das origens ou enrijecer-se num sistema doutrinário, como parece acontecer com frequência em certos grupos ou ambientes eclesiais, quando não selecionar ideologicamente o passado e justificar o presente. A universidade possui,

por sua própria índole, condições de apropriar-se objetivamente da tradição teológica para além de interesses apologéticos e utilitários na busca sincera da verdade e no serviço à sociedade e às próprias igrejas. Enquanto lugar de crítica e construção de conhecimento pode discernir o saber teológico nestes aspectos:

- Crítica do fundamentalismo e dos dogmatismos que pensam a fé a partir de si mesma, fora dos contextos históricos e da temporalidade presente;

- Desvelamento das armadilhas ideológicas recorrentes na afirmação e exposição das fontes da teologia pelo processo da falsificação, da seleção e da revisão;

- Tomada de consciência da transmissão reprodutivista do saber teológico como um sistema escolar acabado herdado do passado na forma de dogmas intocáveis;

- Superação do utilitarismo clerical que prioriza práticas específicas em detrimento da investigação crítica e criativa teologia e da própria apropriação da tradição teológica;

- Produção de uma teologia inserida nos contextos históricos como um sistema consciente de suas funções sociais conservadoras ou transformadoras;

- Diálogo construtivo da teologia com as epistemes modernas presentes na universidade na forma do ensino e da pesquisa no sentido de uma constante produção de si mesma e de colaboração crítica;

- Criação de uma cultura da pesquisa teológica no quadro comum das políticas acadêmicas universitárias na conquista e comunicação de seu *logos* específico na comunidade científico-acadêmica.

A teologia, por sua vez, com seu acúmulo milenar de objetos, abordagens e métodos, pode contribuir com a dinâmica interdisciplinar dentro das universidades no ensino, na pesquisa e na extensão nas possíveis frentes:

- Crítica dos fundamentalismos atuais, a começar do fundamentalismo religioso presente na universidade;

- Apresentação de um sistema que sustente uma cosmovisão que supere as fragmentações de sentido e de valores atuais e do dualismo entre visão científica e visão religiosa;

- Crítica do racionalismo cientificista vigente na universidade nas formas

positivistas: conhecimento linear, unidimensional e tecnicista;

- Crítica ético-teológica da sociedade contemporânea nos aspectos econômicos, sociais e culturais;

- Fundamentação da abordagem ética e da práxis pedagógica, inerentes às dimensões constitutivas da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

A relação da teologia com a universidade tem sido de amor e ódio, de vínculo direto e de exclusão mútua. O diálogo entre essas duas instituições medievais que sobreviveram às revoluções modernas, reproduzindo seus antagonismos e incorporando suas inquietações, poderá configurar um momento de síntese precisamente no sentido dialético nas esferas da produção de conhecimento e da cultura de um modo geral. Não se trata de reeditar o grande sistema medieval, superado em todas as suas condições, mas de construir novas vias de diálogo interdisciplinar e de resultados transdisciplinares que ofereçam referências amplas e profundas para a organização da sociedade plural e global.

BIBLIOGRAFIA

ASZTALOS, Monika. "A faculdade de teologia". In RIDDER-SYMOENS, Hilde. *Uma história da universidade na Europa Vol. I*. Porto: Imprensas Nacional-Casa da moeda, 1992.

BOEHNER, Philotehus-GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. Petrópolis, Vozes, 1991.

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COMBLIN, José. *História da teologia católica*. São Paulo: Herder, 1962.

CARDOSO, Irene R. A. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1982.

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1995.

DAWSON, Christopher. *Historia de la cultura cristiana*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

JAEGER, Werner. *Cristianismo primitivo y paidéia griega*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

MORIN, Edgar. *Complexidade e transdisciplinaridade; a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal: Edufrn, 1999.

PASSOS, J. Décio. Teologia e universidade: do político ao acadêmico. In *Estudos de Religião* 27, UNIMEP, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1969.

S. TOMÁS, *Suma Teológica*.

ULLMANN, Reinholdo A. *A Universidade medieval*. Porto Alegre: Epucrs, 2000.

Prof. Dr. João Décio Passos

Professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.